

EMPREGO FORMAL NA AGROPECUÁRIA NO ESTADO DO PARANÁ: Uma análise por sexo

FORMAL EMPLOYMENT IN AGRICULTURE IN THE STATE OF PARANÁ: A gender analysis

Josineide Aquino da Silva Amaral¹
Karla Cristina Tyskowski Teodoro Rodrigues²
Jefferson Andronio Ramundo Staduto³

RESUMO

O presente trabalho analisa a rotatividade e o crescimento do emprego formal na agropecuária e sua distribuição para as microrregiões do Paraná no período de 2008 a 2016. Em termos metodológicos foram utilizados dados extraídos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE). Os resultados mostraram que a rotatividade masculina e feminina é alta em todas as microrregiões do Paraná e que o emprego formal na agropecuária vem caindo ao longo do período. Em relação a criação líquida de emprego masculino mostrou que no setor agropecuário apenas 8 microrregiões do estado do Paraná tiveram crescimento do emprego acima de 3%. No caso feminino, no período de 2008 a 2016, as microrregiões que tiveram maior crescimento do emprego feminino estão localizadas no Centro-Sul, Oeste, Sudeste, Noroeste Paranaense. Desta forma, procede a preocupação sobre a permanência dos trabalhadores rurais no campo.

PALAVRAS-CHAVE: Rotatividade; Agricultura; Emprego e Sexo.

ABSTRACT

The present study analyzes the turnover and growth of formal employment in agriculture and its distribution to the microregions of Paraná from 2008 to 2016. Methodologically, data extracted from the Annual Social Information Index (RAIS) of the Ministry of Labor and of Employment (MTE). The results showed that male and female turnover is high in all microregions of Paraná and that formal employment in agriculture is falling throughout the period. In relation to the net job creation, men showed that in the agricultural sector only 8 microregions of the state of Paraná had employment growth above 3%. In the case of women, in the period 2008 to 2016, the microregions that had the greatest growth in female

¹ Possui graduação em Economia pela Universidade Federal do Acre - UFAC (2011) e mestrado em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Acre (2014). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, Campus Toledo. E-mail : jasaeconomia@hotmail.com

² Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (2013), mestrado em Economia Regional pela Universidade Estadual de Londrina (2016) e doutoranda em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail : karlatyskowski@gmail.com

³ Doutor em Ciências (Economia Aplicada) pela Universidade de São Paulo, Brasil(2002). Professor Associado B da Universidade Estadual do Oeste do Paraná , Brasil. Docente dos Programas de Pós-Graduação stricto sensu em Desenvolvimento Regional e Agronegócio e do Programa de Economia da Unioeste E-mail : staduto@unioeste.br

employment occurred in the Paraná' Center-South, West, Southeast, Northwestern. Thus, there is concern about the permanence of rural workers in the countryside.

KEYWORDS: Rotativity; Agriculture; Employment and Gender.

JEL Code: J43; O18; Q19

INTRODUÇÃO

O emprego formal representa uma variável indicativa da maior qualidade do emprego, por refletir uma maior segurança para o trabalhador no que diz respeito aos direitos trabalhistas, remuneração e proteção social. Tendo em vista que a carteira assinada garante ao trabalhador direitos sociais, tais como seguro desemprego, aposentadoria, seguro acidentes e doenças, entre outros.

Este estudo se justifica pela importância do setor para o Estado, assim como destaca Souza et al. (2013), o Paraná é considerado um celeiro nacional tendo em vista a atividade do setor primário, e tem contribuído fortemente, com o volume de recursos gerados pela pauta de exportações do país, principalmente nos complexos soja, madeireiro e papelero.

A agricultura é uma das atividades mais importantes desenvolvidas pelo ser humano, pois, dela provem os produtos para o consumo e os insumos para fabricação de outros produtos. Com seu surgimento, a humanidade pode estabelecer um modelo de vida onde foi possível estabelecer residência fixa, construindo cidades e possibilitando avanços sociais e tecnológicos diversos. Em seu desenvolvimento foi observado a figura masculina assumindo um papel de maior destaque quanto à produção e caça, enquanto que a figura feminina, mesmo desenvolvendo atividades importantes neste meio, era responsável pelas atividades dentro da residência, e sua colaboração no lavrado, independente do grau de interferência, era visto meramente como auxiliar da figura masculina (LIRA; CÂNDIDO, 2013).

Herrera (2012) relata que com o surgimento da agricultura familiar foi verificado que a mulher assumiu um papel mais relevante, tendo em vista a introdução da mecanização e tecnologias que facilitam as atividades quanto à necessidade de força bruta, proporcionando maior espaço de atuação às mulheres agricultoras. Porém, a situação está longe do ideal, ora por preconceito da unidade familiar, ora por falta de incentivo e capacitação.

As mudanças no mercado de trabalho e a necessidade de aumentar a renda familiar levaram as mulheres a integrarem a mão de obra de vários setores da economia. O estudo mostra que o emprego cresceu em todas as áreas da economia, e que as mulheres ocupam mais o setor da administração pública (FERREIRA; SOUZA; HARB, 2011).

O objetivo do trabalho é analisar a rotatividade e o crescimento do emprego formal por gênero na agricultura nas microrregiões do Estado do Paraná. O artigo será dividido em 4 seções, sendo a primeira esta introdução, seguido por um breve apanhado sobre o mercado de trabalho, o terceiro capítulo explica a metodologia, na quarta seção discorre-se a análise dos resultados e discussões, finalizando com a conclusão.

POPULAÇÃO RURAL E O MERCADO DE TRABALHO

Diante da globalização e modernização dos setores, o meio rural deixou de ser sinônimo para a realização de atividades puramente agrícolas e passou a ser também local de diferentes atividades que antes eram tipicamente urbanas. No período pós-1960, verificou-se um crescimento da população rural em atividades não agrícolas, onde se destacam os aspectos ambientais e de proteção à natureza, o lazer e o turismo, a caça e a pesca. Assim, as ocupações não agrícolas passaram a ter um peso cada vez maior na renda dos residentes e das famílias rurais (BALSADI, 2001).

Segundo dados de CAGED (2014), em 2010 a população brasileira possuía pouco mais de 190 milhões de pessoas, de acordo com o último Censo Demográfico. A população rural era de aproximadamente 30 milhões, destes, 52% eram homens e 48% eram mulheres, isto representava 15,6% da população total do país. Porém, Brito (2006) destaca que na década de 50, 63,8% da população residiam no meio rural, já em 1980, ocorreu uma mudança neste quadro, com a população passando a ser majoritariamente urbana, e os moradores na área rural representavam apenas 32,3% da população total. O trabalho ainda fez uma estimativa que para 2050 desta porcentagem diminua para 8% que em população estimada seria 18,1 milhões de pessoas, do total de 226,3 milhões de habitantes no país.

DIEESE (2012) relata que a redução foi provocada por vários fatores advindos de transformações ocorridas na sociedade e no seu modo de produção, tais como a maior concentração industrial nas áreas urbanas devido ao aumento da demanda de mão de obra; mudanças no processo produtivo na agricultura por meio da abertura de fronteiras agrícolas, disponibilidade de crédito, especialização produtiva do processo agrícola, entre outros; e também a falta de oferta de bens e serviços pelo Estado no meio rural, tais como saúde, educação, transporte. O autor ainda destaca o que auxílio ao incremento do nível tecnológico das atividades rurais e a diminuição de taxas de fecundidade.

O CAGED (2014) mostra que o número de estabelecimentos agropecuários tem se mantido ao longo das últimas décadas, porém ocorreu redução acentuada no número de ocupantes por estabelecimento. Onde, em 1985 haviam aproximadamente 4,0 ocupantes por estabelecimento, número que se reduziu para 3,2, em 2006, e chegou a 2,7 em 2013. Assim, o perfil dos trabalhadores e trabalhadoras ocupados no meio rural, mais especificamente daqueles empregados como assalariados rurais nas atividades produtivas tem grande relevância, tendo em vista que segundo Buainain e Dedecca (2008) ao analisar o mercado de trabalho rural pode-se revelar as relações sociais que permeiam o campo brasileiro desde o final do século XIX e que são desafios para a construção de uma agenda de políticas públicas dirigida para superá-los, sendo necessário avaliar as oportunidades e os desafios a serem enfrentados.

Entre todas as categorias, o CAGED (2014) destaca três categorias que compõem a ocupação no meio rural brasileiro, estas são os agricultores familiares, empregadores e empregados. Porém, se faz necessário caracterizar os ocupados e suas diferentes posições na ocupação, em decorrência das diferentes estruturas produtivas em que estão alocados. Assim, segundo Souza et al. (2008) o empregado seria a pessoa que trabalha para um empregador, já o trabalhador por conta própria é o que produz para subsistência, é aquele que trabalha durante pelo menos uma hora na semana na produção de bens do ramo que compreende as atividades agrícolas; no terceiro caso é o empregador que é a pessoa que trabalha explorando o próprio empreendimento, com pelo menos um empregado, e o não remunerado seria a pessoa que trabalha sem remuneração durante pelo menos uma hora na semana, em ajuda a um membro da unidade domiciliar.

Segundo Imaflora (2016) ocorreram reduções no número de empregados ou assalariados⁴, no período de 2004 a 2013, passou de 4,9 milhões para 4,0 milhões, o que representou 18,2%. Já o número de empregadores caiu de 559 mil para 267 mil o que equivale uma queda de 52,2%. Em relação aos trabalhadores por conta própria, a redução foi de 4,7 milhões para 3,9 milhões de ocupados, o que equivale a 16,1%. Assim, como verificado anteriormente, o mercado de trabalho rural tem apresentado contínua e forte redução e isso tem acontecido em todas as ocupações.

CAGED (2014) mostra que o perfil do assalariado rural se baseia dentre outros aspectos no local de residência, se é urbano ou rural, 48,8% dos assalariados rurais vivem em áreas exclusivamente rurais. Esse número cai para 41,1% quando se consideram apenas os formais e atinge 54,1% entre os informais. Em relação ao rendimento, verificou-se que a baixa escolaridade aliada à situação de informalidade resulta em uma menor remuneração⁵ e conseqüentemente em pobreza. Em relação ao sexo e à idade, as mudanças no perfil das pessoas no meio rural são uma combinação de diferentes fatores, como o êxodo rural, as mudanças tecnológicas e busca por melhores ocupações. Assim, o perfil destas pessoas se baseia em uma mão de obra composta praticamente de homens, negros/pardos e adultos, revelando uma grande queda na participação de jovens no total de ocupados. Os dados da pesquisa mostram que em 2013, 88,9% dos trabalhadores assalariados rurais eram do sexo masculino e 11,1% do sexo feminino. Em relação a faixa etária, 58,0% dos trabalhadores tem até 39 anos de idade. Essa concentração evidencia um fenômeno que vários especialistas têm observado, onde os postos de trabalho rurais são ocupados cada vez mais por trabalhadores mais jovens. Isso é dado principalmente pela elevada exigência de força física para exercer o trabalho no campo.

Uma visão geral por sexo

As relações de trabalho no meio rural do Brasil sempre evoluíram com atraso em relação ao meio urbano, porém é importante verificar que não se pode desassociar um do outro. A evolução histórica é fundamental para entender a situação atual, o país foi o último a eliminar o trabalho escravo. Segundo Buainain e Dedecca (2008) os trabalhadores rurais de países hoje desenvolvidos tiveram outras opções, porém no Brasil, porém estas novas colocações não são aproveitadas pela ausência de oportunidades.

Segundo Mesquita (2012) é necessário para o avanço nas relações de diferenças entre os sexos uma análise das relações de gênero e as de classe. Para Marcondes et al. (2003) o gênero dos trabalhadores é um quesito importante para diferenciar o salário e atividades realizadas por ambos, que geralmente encontra-se oculta pela uniformidade de classe onde a situação de trabalhadores, ao venderem sua força de trabalho, evidenciam as relações de gênero e relações privilegiadas.

É fato que a participação da mulher no mercado de trabalho contribui de forma significativa para o crescimento de um país ou região. Porém, seus papéis variam consideravelmente entre e dentro das regiões, e as mudanças vistas atualmente em diversas partes do mundo, mostram forças econômicas e sociais que estão transformando o setor da agricultura (FAO, 2011). Contudo, Mourão (2011) expõe que a participação das mulheres nas ações coletivas de eventos, tais como reuniões, seminários, oficinas de trabalho é ainda em número muito menor que a dos homens,

⁴ Com e sem carteira de trabalho assinada.

⁵ Existe uma estreita ligação entre a melhora no nível de escolaridade e a diminuição da informalidade. Ver Barbosa Filho e Moura (2012).

e geralmente quando se envolvem em alguma atividade, fazem especificamente nas áreas sociais, e sua relevância em atividades econômicas é em menor intensidade.

As mulheres têm se inserido no mercado de trabalho de forma expressiva ao longo dos anos, uma vez que não estão apenas visando setores administrativos ou domésticos, mas também no segmento industrial do setor da agroindústria, o qual possui renda maior e pode auxiliar a família também na questão financeira (GONÇALES et al., 2011). Porém, há muito desafios de gênero para a plena participação na força de trabalho. FAO (2011) destaca a importância de políticas intervencionistas nesta área para auxiliar no crescimento econômico e da eficiência dos mercados de trabalho rurais para as mulheres.

Desta maneira segundo Mesquita (2012), a maior participação masculina e as crenças tradicionais foram os principais fatores que afetaram a participação das mulheres rurais no processo de tomada de decisão e na gestão pecuária. Assim, dentro da unidade de produção, as atividades voltadas para a comercialização, mercado, banco, contato técnico e participação de reuniões de sindicatos e de cooperativas são, geralmente, de responsabilidade masculina. Ainda que em algumas famílias as mulheres participem dessas atividades, esta participação é menor. Em contraponto, as atividades dentro da casa são quase sempre praticadas pelas mulheres, tanto pelas mães como pelas filhas (LOPES, 2003).

A disputa por direitos iguais entre homens e mulheres tem gerado muita discussão no mercado de trabalho. Elas regularmente ocupavam trabalhos com menor qualificação e remuneração. Mas atualmente este quadro tem mudado como expõem Bruschini e Lombardi (2000) as mulheres estão se qualificando em profissões que antes eram exercidas apenas por homens, como medicina, engenharia, agronomia e arquitetura, deixando as profissões que eram vistas como femininas, tais como magistério e enfermagem.

Em relação à carteira assinada, na agricultura tem prevalecido o trabalho informal, a maioria dos trabalhadores rurais não tem registro em carteira. Sendo o trabalho temporário bastante expressivo dentro deste setor. A presença da mulher no meio rural está concentrada no trabalho não remunerado e para o autoconsumo, ou seja, a mesma tem um papel importante no âmbito familiar de atividades domésticas (MELO; DI SABBATO, 2007).

As relações entre trabalhadores e empresas estão condicionadas à competitividade e à sustentabilidade na agricultura. A exploração da mão de obra e sem direitos trabalhistas não condiz com as leis e a competitividade do mercado que demandam produtos de qualidade e com a valorização do homem no processo produtivo (BASCO, 2008).

Analisando a literatura sobre o trabalho das mulheres no mercado de trabalho agropecuário verifica-se que no final do século passado elas tinham pouca participação no sistema produtivo. Também o lugar delas no sistema produtivo agropecuário revela formas históricas de desigualdade de gênero. Conforme Oliveira, Costa e Souza (2012, p. 107):

Trata-se de fenômeno estrutural com raízes complexas e instituído social e culturalmente de tal forma que se processa cotidianamente de maneira quase imperceptível e com isso é disseminado deliberadamente, ou não, por certas instituições como o próprio Estado que só recentemente tem reconhecido a legitimidade das reivindicações dos movimentos sociais de mulheres como condição para um projeto nacional de desenvolvimento rural sustentável e uma sociedade mais democrática.

As diferenças entre homens e mulheres nas atividades agropecuárias ficam ainda mais claras levando em consideração as relações de trabalho existentes, que são expressas pelas respectivas posições na ocupação. Os homens desempenham funções relacionadas à plantação e colheita das culturas, em contrapartida as mulheres desenvolvem mais serviços da casa e a limpeza da roça.

Apesar do esforço de movimentos sociais de mulheres no campo e suas reivindicações de reconhecimento do seu papel como trabalhadoras a agricultura de base familiar encontra-se ainda fortemente marcada pela divisão sexual do trabalho, devido a suas raízes históricas, que mostram diferenciações entre homens e mulheres. Que é subjugada em seu trabalho, a jornada cotidiana da mulher no meio rural é subestimada pela sociedade, uma vez que muitas das atividades exercidas por elas não se enquadram nas categorias aceitas e reconhecidas formalmente pela sociedade em torno do conceito de trabalho (FARIA, 2009).

Assim, Herrera (2012) expõe que muitas vezes é considerado o trabalho da mulher como um conjunto de atividades invisíveis à sociedade, que, apesar disto, ultrapassa em muito as práticas estritamente vinculadas ao trabalho doméstico. Devido à divisão sexual das atividades, cabe ao homem a responsabilidade do trabalho produtivo da agricultura e à mulher o trabalho relativo aos cuidados domésticos.

Segundo Neves e Medeiros (2013) vários estudos apontam que as atividades da mulher rural não estão apenas circunscritas ao cuidado reprodutivo, elas também realizam atividades em lavouras e atividades de produção de alimentos, que não são reconhecidas como parte produtiva da agricultura. Herrera (2012) ressalta que dentre as tentativas de reconhecimento do papel das mulheres no meio rural, destaca-se o recente trabalho realizado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, onde apresenta em seu trabalho a diferença de oportunidade da mulher em relação ao homem no que diz respeito ao acesso à terra, à tecnologia, à produção e comercialização agrícola.

Segundo Siliprandi (2009), a organização e participação das mulheres rurais têm crescido, à medida que passam a ser mais atuantes nos sindicatos e nos movimentos sociais, e também associações e grupos de produção, que desenvolveram experiências produtivas alternativas em nível das propriedades. Por meio de desenvolvimento de sua formação, as mulheres têm buscado espaço na produção e espaços de comercialização como feiras, cooperativas, associações. Todas essas ações vêm se somando com os distintos movimentos para pressionar os governos pela adequação das políticas públicas às propostas das mulheres, ao mesmo tempo em que reafirmam para o conjunto da sociedade a sua especificidade enquanto mulheres, trabalhadoras rurais e produtoras agrícolas.

Porém, segundo Mesquita (2012) homens e mulheres possuem rendimentos diferentes no trabalho agropecuário e níveis diferentes no trabalho para autoconsumo. Das mulheres que trabalham no meio rural, 46,7% é para autoconsumo e os homens 14%.

Em relação ao estado do Paraná para Willers, Lima e Staduto (2008) nas décadas de 1950 e 1960 a produção preponderante era o café e a extração da madeira. Já Piffer (2009) relata que o estado do Paraná nas últimas décadas passou por uma série de mudanças em seu espaço econômico. Ocorrendo uma nova configuração geoeconômica do Estado a partir da sua integração com os cenários nacional e internacional e isto ocorreu devido dentre outros fatores, à modernização da agricultura, esgotamento da fronteira agrícola e conseqüente diversificação e difusão dos ramos industriais.

Assim, o Ipardes (1995) realizou uma análise Conjuntural constatando em média 60% do Produto Interno Bruto (PIB) resulta do esforço produtivo da agropecuária e gêneros industriais a ela vinculados, do Comércio, cuja dinâmica está também intimamente associada a atividades rurais e seus fornecedores industriais. A ampliação da oferta agropecuária do Estado nos anos 80, segundo OCEPAR⁶ (1986) foi provocada entre outros motivos pelo avanço das atividades ligadas ao rural, tais como fiação do algodão, complexos soja, cafeeiro, alcooleiro, abate de aves e produtos derivados de milho, entre outros. No entanto, a estiagem de 1985-86 provocou quebras na produção da safra na agricultura e na pecuária, devido à ausência de água e de pasto. Assim, os oitenta por cento da queda na Agropecuária deveu-se à redução na produção de café, algodão, milho e soja, fatos que vêm se repetindo nos demais períodos em que a seca castiga o Estado.

Nakabashi, Scatolin e Cruz (2010) relatam que a atividade agropecuária ainda continua tendo grande importância na economia paranaense. Apesar da queda de sua participação no valor adicionado a partir de meados da década de 1980, esta foi retomada em 2001. Os autores ainda destacam que em relação à quantidade de pessoas empregadas por esse setor, ocorreu uma grande queda em termos relativos a partir de 1992. Mesmo com a elevação da participação da agropecuária no valor adicionado do estado do Paraná, a partir de 2001, a porcentagem de pessoas empregadas pelo setor passou de 24,3% para 20,8%, em 2004. Ainda assim, continua empregando uma parcela significativa da população, ficando muito próximo do nível de emprego do setor industrial.

Em acordo com essas informações, Zanchet (2010) observou que entre 1995/96 e 2006, a tendência de redução no pessoal ocupado é menos acentuada em relação aos últimos 10 anos. A autora defende que o ritmo mais lento na queda de pessoal ocupado de um período para outro possivelmente esteja associado à introdução e/ou expansão de atividades que demandam trabalho, seja familiar ou contratado, entre as quais se destaca a expansão do cultivo de cana-de-açúcar; a instalação de pomares de laranja, com o fim da restrição à citricultura; o cultivo de espécies florestais associado à expansão de unidades de produção de papel, celulose e placas de madeira; a cafeicultura; o crescimento da atividade leiteira e da avicultura; bem como a introdução e expansão do cultivo do tabaco. Sem estas atividades, provavelmente a queda no número de pessoas ocupadas no meio rural paranaense teria sido ainda mais acentuada no último decênio.

No Sul do Brasil, a quantidade de famílias que possui mulheres ocupadas em atividade econômica no meio rural é de 20% (OSAKABE, 2005). Souza et al. (2008) apresentaram em seu trabalho que o número de mulheres ocupadas no meio rural paranaense no ano de 2005 era de aproximadamente 224 mil pessoas, onde ocorreu uma diminuição de 2,9% ao ano no período 2001 a 2005. Sendo que maior parte destas mulheres pertencia ao grupo de famílias de conta-própria, aproximadamente 71% do total, ou mais precisamente cerca de 160 mil mulheres. Ou seja, é a agricultura familiar que comporta o maior número de mulheres ocupadas no meio rural paranaense. Os autores revelam que é na agricultura familiar⁷ que se verifica uma redução substancial do número de pessoas do sexo feminino, tendo isto a ligação da preocupação da permanência das mulheres no rural paranaense. Além da tendência de aumento do número de mulheres do grupo de conta-própria envolvidas em atividades exclusivamente não agrícolas.

⁶ Organização das Cooperativas do Estado do Paraná

⁷ Famílias com atividades exclusivamente agrícolas

Bazotti e Sugamoto (2011) ao verificar a importância das diferentes fontes na composição da renda das famílias rurais paranaenses, selecionaram três principais fontes de rendimentos presentes no rural, que representavam 97% da renda total das famílias rurais, estas seriam trabalho, aposentadoria e outros rendimentos e benefícios sociais. Os autores ressaltam a importância que a fonte outros rendimentos e benefícios sociais, assumiu na composição da renda das famílias rurais no período, tendo um crescimento da ordem de 137% entre 2001 e 2009, sendo que entre 2001 e 2004, ano de implantação do Bolsa Família, esse crescimento chega a 148%. Porém, é destacado que apesar do rendimento do trabalho ter reduzido seu peso na composição da renda das famílias rurais paranaenses, ela ainda é a principal fonte desses rendimentos, contribuindo com quase 70% na sua composição.

Staduto et al. (2013) relatam que havia 405 mil famílias no meio rural paranaense em 2008, onde as famílias de conta-própria eram as mais numerosas com 193 mil pessoas, representando 48% das famílias rurais, seguido pelo grupo de empregados com 157 mil, correspondendo a 39% do total. Estes dois tipos de famílias representavam 87% das famílias rurais agropecuárias no Paraná, portanto serão examinados com mais cuidado. O número de famílias empregadoras era muito pequeno, cerca de 3%, sendo inferior ao de famílias não ocupadas, cerca de 10%.

METODOLOGIA

Nesta seção apresenta-se as principais considerações sobre a metodologia empregada neste artigo, a fonte de dados utilizada. O modelo utilizado para mensurar os fluxos de trabalhadores na Agropecuária segue a metodologia de Davis e Haltiwanger (1992), adaptada para os dados brasileiros.

Medidas de avaliação

Para avaliar a rotatividade do mercado de trabalho agropecuário foram utilizados os indicadores: taxa admissão, taxa de demissão e taxa de rotatividade, todos os indicadores têm como referência o estoque dos trabalhadores, X_t .

$$X_t = \frac{(\text{Empregados no ano}_t + \text{Empregados no ano}_{t-1})}{2} \quad (1)$$

Em que o número de empregados no ano t é igual ao somatório de todos os vínculos empregatícios da agropecuária naquele ano.

As taxa de admissão $TxAdm_t$ e de demissão $TxDem_t$ são dadas por

$$TxAdm_t = \sum_{t=1}^n \left(\frac{\text{Números de Admissões}}{X_t} \right) \quad (2)$$

$$TxDem_t = \sum_{t=1}^n \left(\frac{\text{Números de demissões}}{X_t} \right) \quad (3)$$

A rotatividade dos trabalhadores na agropecuária (RTrab) é a soma da taxa de admissão e demissão

$$RTrab_t = TxAdm_t + TxDem_t \quad (4)$$

A taxa de rotatividade quantifica todo o ajustamento no ano t e constitui o percentual de trabalhadores que mudaram de emprego ou passaram da condição de empregados para desempregados. A taxa de rotatividade quantifica todo ajustamento dentro do setor agropecuário. A taxa de crescimento líquido do emprego na agropecuária ($CLEA_t$) é a diferença entre as taxas de admissão e demissão de trabalhadores no ano t .

$$CLEA_t = TxAdm_t - TxDem_t \quad (5)$$

Os indicadores são analisados de forma agregada para o estado de Paraná e para o setor da agropecuária. Sendo que os dados foram analisados por sexo. As variáveis utilizadas são o vínculo empregatício, microrregião por unidade da federação, setor agropecuário, e as informações de admitidos e demitidos dentro do setor.

Fonte de dados

A base de dados utilizada é o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Vale lembrar que os dados são fornecidos pelas empresas que declaram o número de admitidos e demitidos, por isso esses dados devem ser analisados com cautela.

Neste trabalho foram utilizados os dados dos admitidos e demitidos na agropecuária das microrregiões dos estados do Paraná, no período de 2007⁸ a 2016 do CAGED e total de trabalhadores empregados no setor agropecuário no período de 2007 a 2015. A análise foi feita para as 39 microrregiões do Estado do Paraná.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção foi feita uma análise do mercado de trabalho na agropecuária do estado do Paraná. Primeiramente analisou-se as taxas de emprego e desemprego, posteriormente, foi analisada a rotatividade do trabalho na agropecuária e por último foi analisada a taxa de crescimento líquido no emprego agropecuário.

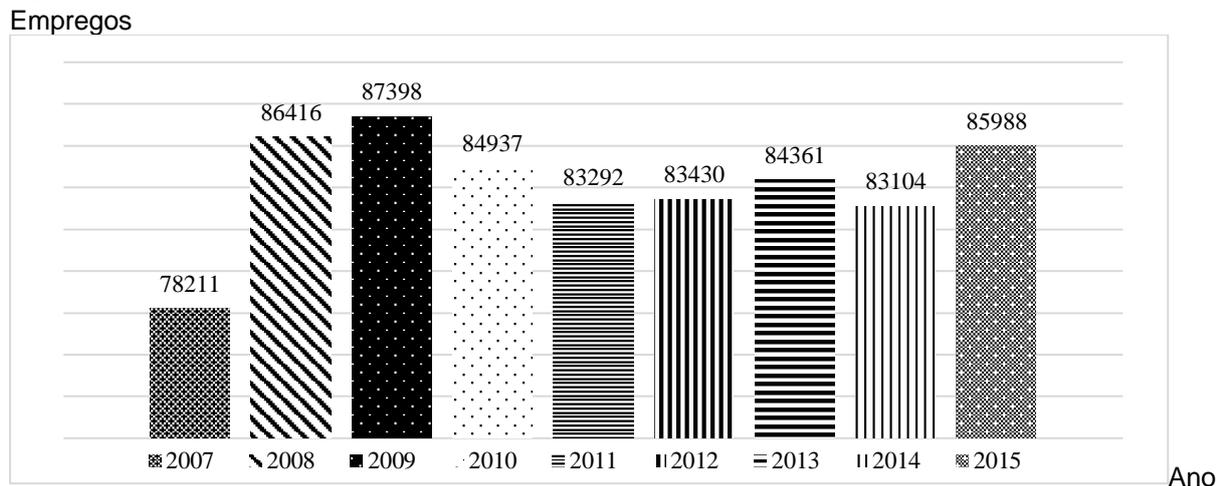
Análise das taxas de emprego e desemprego na agropecuária paranaense

A economia do estado do Paraná possui atividades econômicas diferenciadas, porém, a atividade da agricultura, a pecuária, a indústria de alimentos e o extrativismo vegetal e mineral possui grande relevância econômica no Estado.

O emprego da agropecuária no Paraná acompanhou as oscilações do mercado do trabalho. A Figura 1 mostra o total do emprego masculino no período de 2007 a 2015 no Estado. Os resultados mostraram que em 2007 teve o menor registro de empregados no setor agropecuário, já 2009 obteve o com maior número de empregados. Fica evidente que mesmo sendo de grande importância para o Estado, a agropecuária também teve suas perdas no que diz respeito ao emprego. O emprego masculino apresentou um crescimento de 9,94% nesse período.

⁸ 2007 foi o ano base para cálculo de rotatividade para o ano subsequente.

FIGURA 1: Total de empregados masculinos na agropecuária do Paraná de 2007 a 2015



Fonte: RAIS, 2017

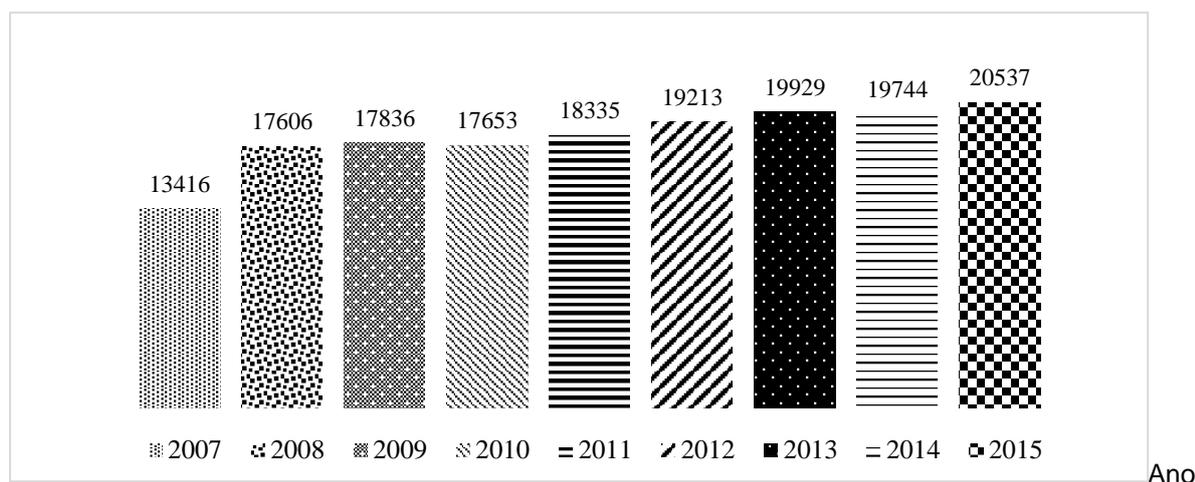
Deve-se levar em consideração as atividades agrícolas existentes no Estado. De acordo com o IPARDES (2017) as principais agriculturas do Paraná são soja, milho, mandioca, trigo, batata-inglesa, tomate, cana-de-açúcar, café, cevada, arroz. Na pecuária, as principais criações são aves, suínos e bovinos. Outro fator é a temporalidade das culturas. Os empregadores contratam para períodos curtos e sazonais conforme a necessidade de plantar e colher a produção.

A Figura 2 mostra o total de empregos feminino no estado. Os resultados mostraram que as mulheres estão em menor número no setor agropecuário. O emprego feminino foi mais estável no período do que o masculino. O emprego feminino teve um crescimento significativo no período analisado. Observa-se que de 2007 a 2015 o crescimento do emprego feminino foi de aproximadamente 53%.

O emprego feminino no período analisado se mostrou mais equilibrado do que o emprego masculino. Porém, como já discutido na literatura as mulheres estão em menor quantidade no setor, pois, o trabalho no campo é considerado mais adequado aos homens.

FIGURA 2: Total de empregos femininos na agropecuária do Paraná de 2007 a 2015

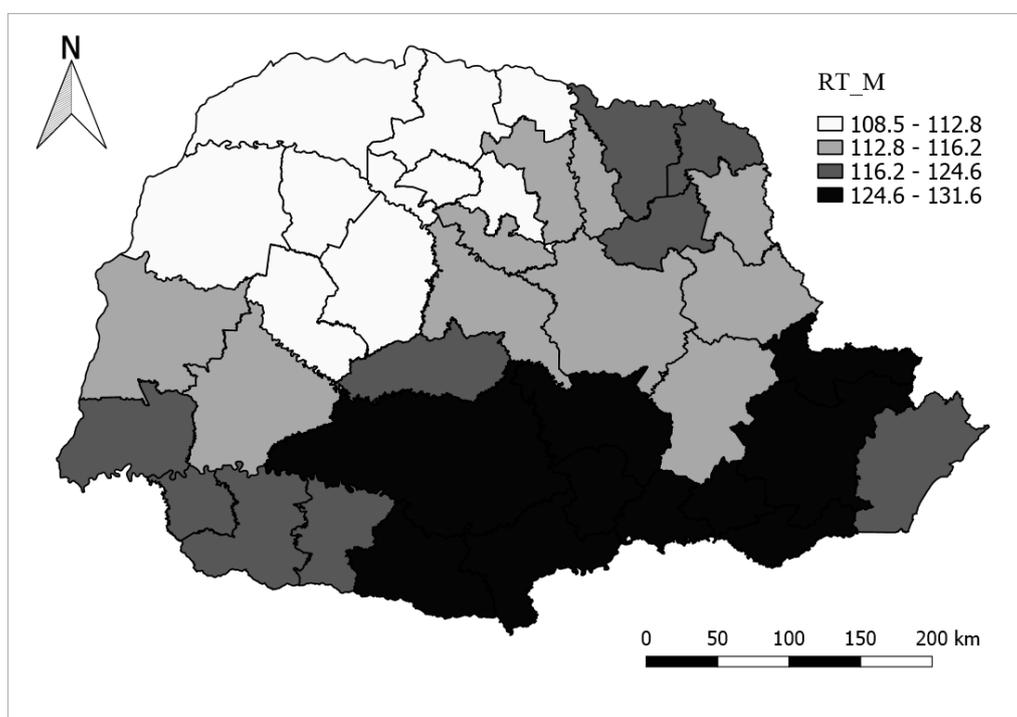
Emprego



Fonte: RAIS, 2017

As taxas de admissão e demissão são fundamentais para a composição da rotatividade, para isto, a Figura 3 mostra a média da rotatividade do emprego masculino na agropecuária nas microrregiões no período de 2008 a 2016. O Ministério do Trabalho (2012) mostrou que a rotatividade no setor da agropecuária é a segunda maior do país, ficando atrás apenas da construção civil. As oscilações na agropecuária é uma situação intrínseca do setor por causa da alta rotatividade devido à sazonalidade das safras.

FIGURA 3 – Média da rotatividade masculina nas microrregiões do Paraná no período de 2008 a 2016



Fonte: IBGE, 2017

Observa-se que o emprego masculino possui alta rotatividade. No ano de 2008 as microrregiões que apresentaram maior rotatividade foram Ibaiti (399,4%), Cerro Azul (299%) e Telêmaco Borba (252,9%). Esse resultado mostra que o emprego

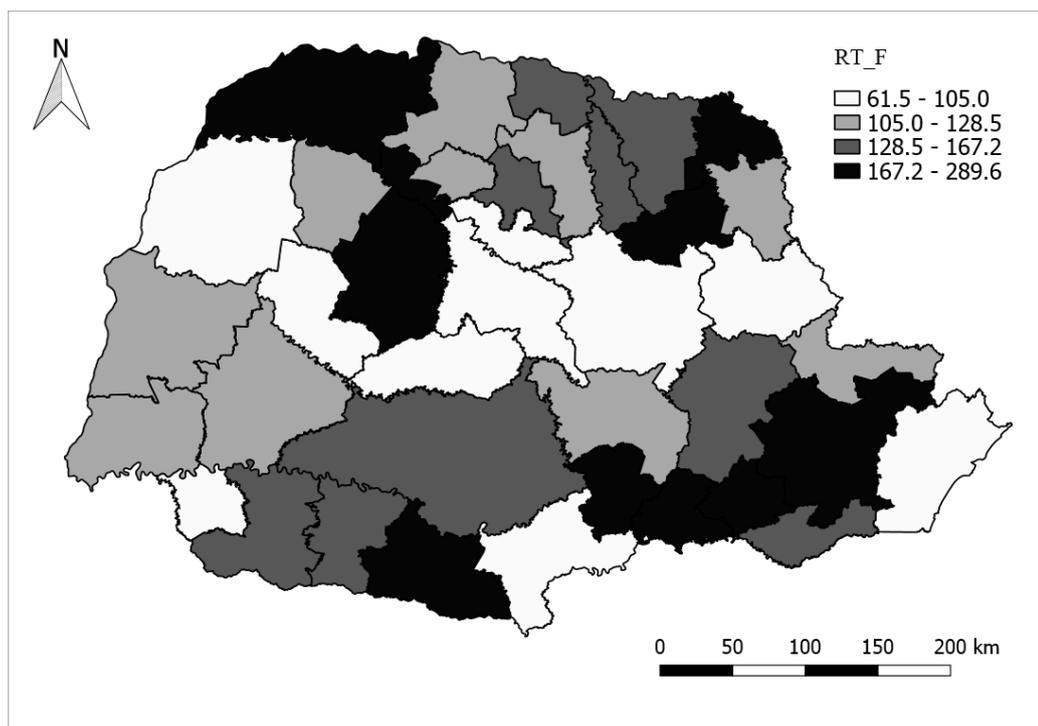
masculino na agropecuária está longe de ser estável. As altas taxas de admissão e demissão provocam essa elevada rotatividade, prejudicando os trabalhadores do setor. A média de rotatividade para o período foi de 110%, mostrando que para cada trabalhador contratado mais de um são demitidos.

O ano de 2012 teve uma das maiores taxas de rotatividade na microrregião de Ibaiti dos anos analisados, porém, na média das microrregiões o ano foi o que apresentou a menor rotatividade. A alta rotatividade da agropecuária no Paraná está ligada às atividades agrícolas existentes no Estado. O Paraná é o segundo maior produto de grãos do País, o que representa 17,8% da produção nacional (IPARDES, 2016). A alta tecnologia existente na produção dos grãos reduz a necessidade de mão de obra empregada.

As produções ligadas a suinocultura, avicultura e piscicultura, são atividades que estão relacionadas a mão de obra familiar. O Paraná em 2015 produziu 4 milhões de toneladas de frangos, o que representa um aumento de 9,6% em relação ao ano de 2014. O Estado é o maior produtor e exportador de frango do País, mais de 150 países importam frango do Paraná. A grande produção de grãos, frangos e suínos não tem garantido o emprego no campo, pois os produtores empregam tecnologias que dispensam mão de obra (CNA, 2017).

Os resultados mostraram que a rotatividade feminina foi maior que a masculina para o período analisado. No ano de 2008, a microrregião de Ibaiti alcançou uma rotatividade de 1352%, mostrando que o emprego na agropecuária para as mulheres não é estável. Esse fato está ligado às atividades agropecuárias que cada vez mais dispensa mão de obra. As culturas de soja, milho e outros grãos, que são o forte do Estado no setor usam tecnologias avançadas que no máximo exigem um profissional para operar as máquinas. A rotatividade se torna normal num setor que emprega no plantio e na colheita e dispensa os trabalhadores no resto do ciclo. O ano de 2012 seguiu com aumento de rotatividade, incluindo regiões como Umuarama, Goioerê, Campo Morão e Pitanga (FIGURA 4).

FIGURA 4: Média da rotatividade feminina nas microrregiões do Paraná no período de 2008 a 2016



Fonte: elaborado pelo autor com dados do IBGE (2017).

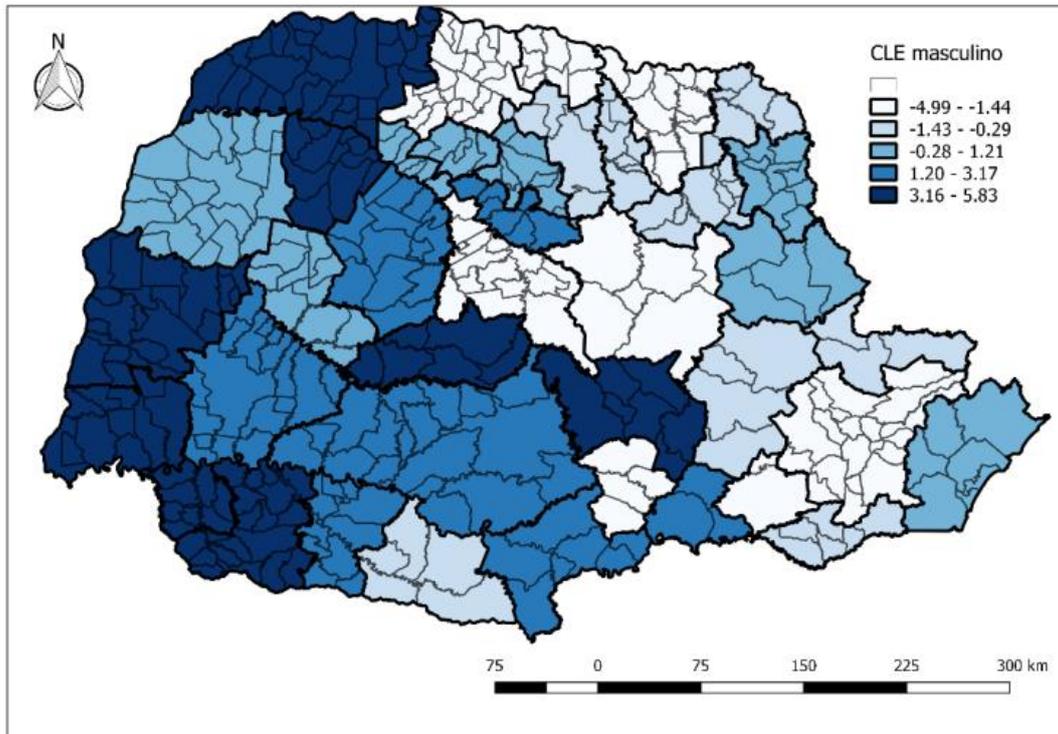
A microrregião de Ivaiporã teve a menor média de rotatividade do período analisado com 61,5%, sendo que a menor rotatividade ocorreu em 2016 (23,5%). A rotatividade é uma boa ferramenta para os trabalhadores se alocarem no mercado de trabalho, no entanto, uma alta rotatividade torna-se prejudicial, pois mostra que os trabalhadores estão tendo dificuldade de permanecer no emprego.

A compreensão de que o meio rural precisa se manter vivo para que as pessoas no meio urbano tenham alimento é fundamental para que os governantes criem políticas de incentivo à agricultura e permanência do homem no campo. A falta de oportunidades do meio rural tem causado o êxodo rural, principalmente de jovens, deixando uma população cada vez mais amadurecida no rural. A alta rotatividade é prova de que o emprego no campo é instável.

Na Figura 5 é apresentada a taxa de crescimento do emprego masculino. As microrregiões que mais desempregaram foram Cornélio Procópio (-4,99%), Porecatu (-3,0%), Telêmaco Borba (2,8%) e Ivaiporã (2,0%). Segundo dados IPARDES (2017) o Estado apresentou queda na média do crescimento nos anos de 2010 e 2015. A mecanização do campo trouxe benefício para a produção no País, são produzidos milhões de toneladas de grãos e outros produtos primários. No entanto, essa produção não traz consigo o mesmo benefício para os trabalhadores. Os empregos temporários estão cada vez mais escassos no meio rural. Trabalhar no meio rural hoje exige mais habilidade com as novas tecnologias e muitos trabalhadores não conseguiram acompanhar as mudanças.

A crise econômica que vem arrastando a economia para baixo desde 2008 mostra-se cada vez mais devastadora para as pessoas que perderam seus empregos nos últimos anos. O desemprego tem se tornado rotina na vida dos trabalhadores e os que possuem qualificação são os primeiros a perderem o emprego. A Figura 5 mostra que no setor agropecuário apenas 8 microrregiões do estado do Paraná tiveram crescimento do emprego acima de 3%. A microrregião de Cianorte foi a que teve a maior taxa de crescimento do emprego, 5,83%.

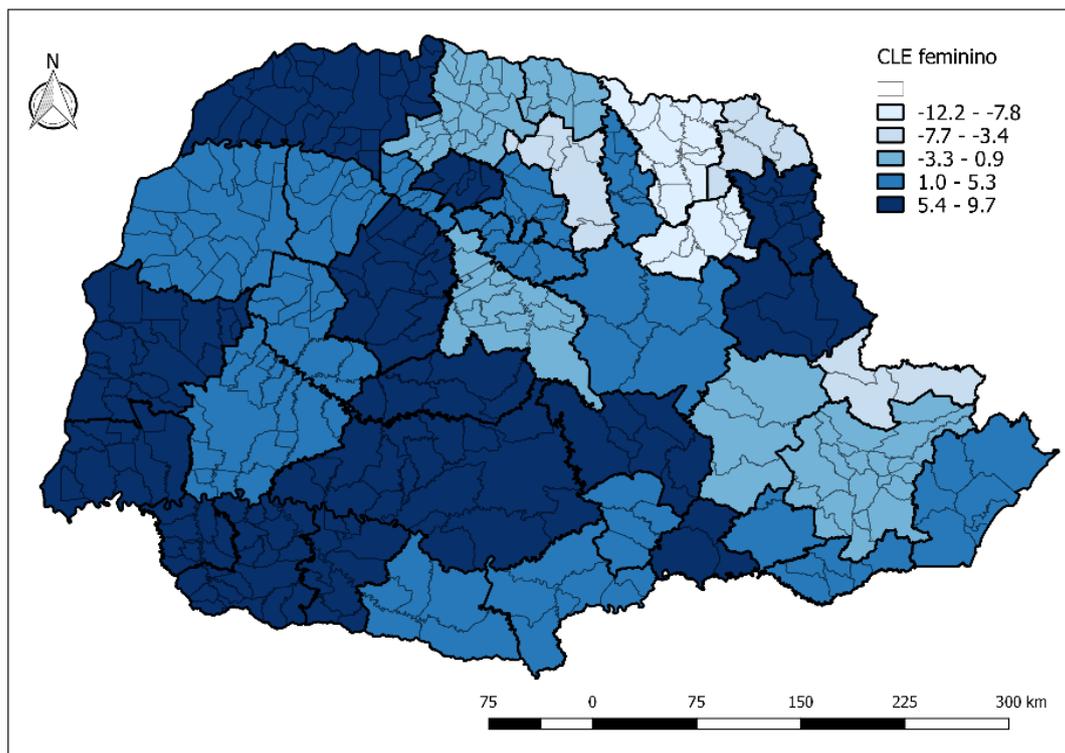
FIGURA 5 - Média do CLE* masculino nas Microrregiões do Paraná de 2008 a 2016



Fonte: elaborado pelos autores com dados do IBGE *Crescimento líquido do emprego”

A Figura 6 mostra a média do crescimento do emprego feminino no período de 2008 a 2016 nas microrregiões do Paraná. As microrregiões que tiveram maior crescimento do emprego feminino estão localizadas no Centro-Sul, Oeste e Sudeste, Noroeste Paranaense. As microrregiões de Capanema, Foz do Iguaçu, Toledo (Oeste), Campo Mourão, Pitanga e Guarapuava, Pato Branco (Centro-Sul), São Mateus do Sul, Prudentópolis (Sudeste), Paranavaí (Noroeste), Jaguariaíva e Wenceslau Braz tiveram crescimento do emprego entre 5,3% e 9,7%. Sendo que as microrregiões de Campo Mourão e Guarapuava tiveram os maiores crescimentos, 9,7% e 9,3% respectivamente.

FIGURA 6 - Média CLE* feminino nas microrregiões do Paraná de 2008 a 2016



Fonte: elaborado pelo autor com dados do IBGE *Crescimento líquido do emprego”

A microrregião de Ibaiti foi a que mais desempregou com uma taxa de (-12,2%) nos últimos 9 anos. O desemprego na agropecuária acompanhou o ritmo brasileiro nos últimos anos devido às recentes crises econômica e política ocorridas no País. O número de desempregados chegou a 14 milhões no primeiro semestre de 2017 segundo dados do IBGE (2017).

Os dados evidenciaram que o crescimento do emprego feminino percentualmente maior do que o masculino. A diversificação da produção nos municípios paranaenses tem garantido a permanência dos trabalhadores no campo. Mesmo com poucas áreas de terras, alguns produtores têm conseguido se manter com a produção de aves e suínos, através das cooperativas. O Paraná é o maior produtor de aves do País e grande exportador. Na produção de soja, o estado tem se mantido como segundo maior produtor.

A expansão e a mecanização da atividade agropecuária foram, sem dúvida, importantes para a elevação da capacidade competitiva brasileira no mercado internacional. No entanto, no que se refere ao mercado de trabalho, vários foram os impactos ocorridos à luz desse processo. Muitas são as evidências empíricas que comprovam a redução acentuadamente elevada de postos de trabalho no meio rural brasileiro, e a forte precarização dos empregos no campo (BALSAN, 2006; SILVA FILHO, 2011).

De acordo com Mendonça (2002) novas mudanças nas relações de trabalho têm causado grandes impactos na vida social e estrutural dos trabalhadores, acarretando alterações no papel do trabalho, exigindo trabalhadores mais qualificados e dispostos a assimilar as inovações. A redução dos custos e a crescente exploração do trabalho assegurou a competitividade, levando a uma ofensiva do capital sobre os trabalhadores, sendo o Estado o maior responsável pelo suporte jurídico-político, que

sempre se manteve omissa em relação aos interesses nacionais e criou condições para a desregulamentação das leis trabalhistas.

CONCLUSÃO

O estudo realizou uma análise do mercado de trabalho na agropecuária do estado do Paraná. Sobre um aspecto das taxas de emprego e desemprego, posteriormente, uma análise da rotatividade do trabalho na agropecuária e foi verificada a taxa de crescimento líquido no emprego agropecuário. O conhecimento sobre estes auxilia no direcionamento e a criação de políticas públicas que melhorem a vida dos trabalhadores da agropecuária, estas políticas que incentivam a produção agrícola e pecuária elevando assim o número de empregos e a qualidade de vida dos trabalhadores.

Os resultados encontrados demonstram que o emprego formal na agropecuária por sexo vem caindo ao longo do período, ofertando cada vez menos postos de trabalho nesse setor da economia. E que os postos ofertados não atendem à necessidade dos trabalhadores do setor, pois, apresentam uma grande rotatividade de trabalhadores, o que ocasiona uma insegurança para trabalhador. A rotatividade feminina foi maior no período analisado.

Em relação à criação líquida de emprego masculino na agropecuária no Paraná, mostrou-se que no setor agropecuário apenas 8 microrregiões do estado do Paraná tiveram crescimento do emprego acima de 3%. E que a microrregião de Cianorte foi a que teve a maior taxa de crescimento do emprego, 5,83%. Desta forma, procede a preocupação sobre a permanência dos trabalhadores rurais no campo.

No caso feminino, no período de 2008 a 2016, as microrregiões do Paraná que apresentaram maior crescimento do emprego feminino estão localizadas no Centro-Sul, Oeste, Sudeste, Noroeste Paranaense. As microrregiões de Capanema, Foz do Iguaçu, Toledo (Oeste), Campo Mourão, Pitanga e Guarapuava, Pato Branco (Centro-Sul), São Mateus do Sul, Prudentópolis (Sudeste), Paranavaí (Noroeste), Jaguariaíva e Wenceslau Braz tiveram crescimento do emprego entre 5,3% e 9,7%. Sendo que as microrregiões de Campo Mourão e Guarapuava tiveram os maiores crescimentos, 9,7% e 9,3% respectivamente. Em contraponto, a microrregião de Ibaiti foi a que mais desempregou com uma taxa de (-12,2%) nos últimos 9 anos.

Para futuros trabalhos, podem identificar o emprego na agropecuária por nível de escolaridade, IDH, GINI e nível salarial. No intuito de buscar saber quais fatores podem influenciar na permanência dos trabalhadores no campo.

REFERÊNCIAS

BALSADI, O. V. Mudanças no meio rural e desafios para o desenvolvimento sustentável. **São Paulo Perspectiva**. São Paulo, v.15, n.1, 2001, p. 155-165.

BALSAN, Rosane. Impactos Decorrentes da Modernização da Agricultura Brasileira.

BRITO, F. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. **Estudos Avançados**. vol.20, no.57, São Paulo May/Aug. 2006, p. 221-236.

CAMPO-TERRITÓRIO: **Revista de geografia agrária**, v. 1, n. 2, ago. 2006, p. 123-151. Disponível em:

www.miniweb.com.br/geografia/artigos/agricultura/mod_agricola.pdf. Acesso em: 20 de agosto de 2017.

BASCO, C. A. **Emprego e Trabalho na Agricultura Brasileira**. In Miranda, C.; Tibúrcio B. (org.). Série Desenvolvimento Rural Sustentável. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, Brasília. Disponível em <<http://www.iica.int>> Data de Acesso em: 15 junho de 2017, 2008.

BAZOTTI, A.; SUGAMOSTO, M. Renda das famílias rurais paranaenses: uma análise exploratória. **Cad. IPARDES**. Curitiba, PR, ISSN 2236-8248, v.1, n.2, jul./dez. 2011, p. 45-61.

BUAINAIN, A. M.; DEDECCA, C. S. Introdução: emprego e trabalho na agricultura brasileira. In: BUAINAIN, A. M; DEDECCA, C. S. (Orgs.). **Emprego e trabalho na agricultura brasileira**, Brasília: IICA, 2008.

CAGED - Cadastro de Empregados e Desempregados. Postos Formais. Disponível em:< portal.mte.gov.br/imprensa/caged>. Acesso em: 20 maio de 2017.

CAGED - Cadastro de Empregados e Desempregados. Postos Formais. O mercado de trabalho assalariado rural brasileiro. **Estudos e pesquisas**. DIEESE - nº 74 - outubro de 2014.

DAVIS, S.; HALTIWANGER, J. Gross job creation, gross job destruction, and employment reallocation. **The quarterly journal of economics**, vol. 107, issue 3, 1992, p. 819-863.

CNA – Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária do Brasil. Balanço 2016. 2017. Disponível em: www.cnabrazil.org.br/sites/default/files/sites/default/files/uploads/15_avicultura.pdf. Acesso em: 20 de agosto de 2017.

DIEESE. **A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000**. São Paulo, 2012.

FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. Women's Work. In: The State of food and agriculture 2010-2011. Roma, 2011, p.07-22.

FARIA, N. **Economia feminista e agenda de lutas das mulheres no meio rural**. In: BUTTO, A. org. Estatísticas Rurais e a Economia Feminista: Um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília: MDA, 2009.

FERREIRA, R. S. A.; SOUZA, V. S. M.; HARB, A. G. **Mercado de Trabalho Formal na região Norte: uma análise por gênero**. XIV Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais – SIMPOI, 2011. Disponível em <http://www.simpoi.fgvsp.br/arquivo/2011/site/index>. Acesso: agosto de 2017.

GONÇALES, J. C.; PONTILI, R. M.; SOUZA, E. L. C. Crescimento do mercado de trabalho paranaense atinente ao segmento industrial, de abate e fabricação de produtos de carne, na década de 2000. In: ENCONTRO DE PRODUÇÃO

CIENTIFICA E TECNOLÓGICA, 6. 2011, Campo Mourão. **Anais...** Campo Mourão: FECILCAM/NUPEN, 2011, 15 p.

HERRERA, K. M. Uma análise do trabalho da mulher rural através da perspectiva da multifuncionalidade agrícola. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10** (Anais Eletrônicos), ISSN 2179-510X, Florianópolis, 2012.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas>. Acesso em 20 Julho de 2017.

IPARDES — INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Produto bruto do Paraná 1980—94: nova metodologia. 1995.

IMAFLORA. Perspectivas Agricultura. n. 03, novembro 2016. Disponível em: http://www.imaflora.org/downloads/biblioteca/583420241a0d5_Perspectiva_Imaflora_3_novembro_2016_Umaanlisedosavanosecontradiesdaagricultura.pdf. Acesso em: 24 de agosto de 2017.

LIRA, W.; CÂNDIDO, G. **Gestão sustentável dos recursos naturais**: uma abordagem participativa. Campina Grande: EDUEPB, 2013, p.325.

LOPES, M. N. Análise da divisão sexual do trabalho na unidade de produção familiar agrícola. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 11., 2003. São Paulo. **Anais...** São Paulo: SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA, 2003.

MARCONDES, W. B.; ROTENBERG, L.; PORTELA, L. F.; MORENO, C. R. C. O peso do trabalho "leve" feminino à saúde. São Paulo Perspectiva. vol.17, nº2. São Paulo Apr./June 2003. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392003000200010>. Acesso em: 24 de agosto de 2017.

MELO, H. P.; DI SABATTO, A. **Gênero e Trabalho Rural 1993/2006**. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, RJ, 2007. Disponível em: www.iica.int/esp/regiones/sur/brasil/lists/DocumentosTécnicosAbertos/Attachments/464/Alberto_Di_Sabatto_-_Hildete_P_de_Melo_-_NEAD_-_genero_e_trabalho_rural.pdf. Acesso: agosto de 2017.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. A Modernização da Agricultura e os Impactos sobre o Trabalho. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales** n. 119. Universidad de Barcelona, 2002.

MESQUITA, G. R. I. **ASPECTOS DE GÊNERO NO MEIO RURAL**. Universidade Federal de G. Escola de Veterinária e Zootecnia programa de pós-graduação em ciência animal, 2012. Disponível em: http://ppgca.evz.ufg.br/up/67/o/Gabriela_Riad_1c.pdf. Acesso: Março de 2017.

MOURÃO, P. **Organizações Produtivas de Mulheres Rurais**. Instituto Interamericano de Cooperação para agricultura, IICA: São Paulo, julho 2011. Disponível em:

Josineide Aquino da Silva Amaral, Karla Cristina Tyskowski Teodoro Rodrigues, Jefferson Andronio Ramundo Staduto

<http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/DocumentosTecnicosAbertos/DispForm.aspx?ID=390>. Acesso em: agosto de 2017.

NAKABASHI, L.; SCATOLIN, F. D.; CRUZ, M. J. V. Impactos Da Mudança Estrutural Da Economia Brasileira Sobre O Seu Crescimento. **Revista Econômica Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, maio/ago. 2010, p. 237-268.

NEVES, D; MEDEIROS, L. (Orgs.) **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013.

OCEPAR. **Cooperativismo e agroindústria no Paraná**. Curitiba: Ocepar, 1986.

OLIVEIRA, L. M. S. R.; COSTA, R. A.B.A; SOUZA, V. M. Trabalhadoras no campo no semiárido baiano: o impacto da sua renda na qualidade de vida da família extensa. *Áskesis - Revista dos Discentes do PPGS/UFSCar* | v. 1 | n. 1 | jan/jul, 2012, p. 106 – 122.

OSAKABE, E. Caracterização do trabalho feminino no rural do Brasil: in: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 43, Ribeirão Preto. **Anais**. Ribeirão Preto. SOBER, 2005.

PIFFER, M. **A Teoria da Base Econômica e o desenvolvimento regional do Estado do Paraná no final do século XX**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) - Universidade de Santa Cruz do Sul, UNISC, Santa Cruz do Sul, 2009.

RAIS - RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÃO SOCIAL. **Características do Emprego Formal**. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/pdf>. Acesso em agosto de 2017.

SILIPRANDI, E. C. **Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. 2009. 291f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2009.

SILVA FILHO, Luís Abel da. Mudanças Estruturais, Mercado de Trabalho e Rotatividade no Emprego Agropecuário no Brasil. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE**. Ano XV, nº 27, junho de 2013-BA, p.05-15. Disponível em www.revistas.unifacs.br. Acesso em 02 de junho de 2017.

SOUZA, M. ; STADUTO, J. A. R.; NASCIMENTO, C. A. ; WADI, Y. M. ; TONDO, I. S. P.. Desenvolvimento rural e gênero: as ocupações e rendas das mulheres das famílias agrícolas e rurais sul-rio-grandenses. In: **XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, 2008, Caxambu. Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Campinas: ABEP, v. 1, p. 1-10, 2008.

SOUZA, O. C.; SILVEIRA, J. S. T.; MOREIRA, A. P.; FRANZIN, R. F.; DALONGARO, R. C.; MELLO, E. P. Estimativa da demanda e da oferta de recursos hídricos para o ano de 2015, frente às perspectivas de evolução demográfica e econômica no estado do Paraná. **2º FÓRUM INTERNACIONAL ECOINOVAR** Santa Maria/RS – 23 e 24 de Setembro de 2013.

STADUTO, J. A. R.; NASCIMENTO, C. A. ; SOUZA, M. . Ocupações e renda das mulheres e homens no rural do estado do Paraná, Brasil: uma perspectiva de gênero. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, v. 72, p. 91-115, 2013.

WILLERS, E. M.; LIMA, J. F.; STADUTO, J. A. R. Desenvolvimento local, empreendedorismo e capital social: o caso de Terra Roxa no estado do Paraná. *Interações*, Campo Grande, v. 9, n. 1, p. 45-54, 2008

ZANCHET, M. S. Tendências e desafios do emprego rural no Paraná. **Revista Paranaense De Desenvolvimento**, Curitiba, n.118, p.159-173, jan./jun. 2010